

DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO BRASILEIRO: UM PANORAMA DA REALIDADE

Maria Esperança Fernandes Carneiro*

PUC/GO; UEG

edmundomagela@hotmail.com

Wanderley Azevedo de Brito**

PUC/GO; IFG

britoaw@yahoo.com.br

Resumo: O presente texto apresenta os resultados parciais da investigação dos dados mais recentes e preocupantes sobre o Ensino Médio brasileiro, desde a distorção idade/série, repetência, evasão até o baixo desempenho dos alunos nos exames de avaliação, quer estaduais, nacionais ou internacionais. É uma pesquisa bibliográfica quantiquantitativa que procurou interpretar as contradições da realidade onde os investigadores fundamentaram-se no materialismo histórico. Dado o pequeno avanço de acesso e conclusão do Ensino Médio pelos jovens brasileiros muitos desafios deverão ser enfrentados para a universalização deste nível de ensino.

Palavras-chave: ensino médio; repetência; evasão.

INTRODUÇÃO

Constitui-se um dos grandes desafios o Ensino Médio brasileiro, pois os dados são preocupantes, desde a distorção idade/série, repetência, evasão até o baixo desempenho dos alunos nos exames de avaliação, quer estaduais, nacionais ou internacionais. Kuenzer (2001) tem afirmado que este é um dos níveis mais difíceis de enfrentamento no que diz respeito à sua concepção, estrutura e às formas de organização e uma das razões reside na dualidade estrutural deste nível de ensino “Propedêutico/Educação Geral X Profissionalizante/Educação Específica” mantido pelos grupos sociais dominantes. Acrescenta-se a esta problemática que as demandas do mercado de trabalho no contexto da reestruturação produtiva capitalista, que também estimulam a discussão.

Nesse sentido, avançar no debate sobre o Ensino Médio impõe ao pesquisador, além de revisão na literatura sobre a temática, que se faça um acompanhamento da dinâmica em relação aos dados estatísticos oficiais que tratam dessa questão.

A revisão na literatura que faremos ainda que de forma rápida tem no processo histórico e nas categorias marxista seu fundamento.

É importante demarcar que foi a partir de 1992, com o “modelo” de organização do trabalho e da produção flexível, que o mercado expressa a valorização da educação com novo patamar de educação, a exigência de diploma de Ensino Médio para o conjunto dos trabalhadores.

1 Dualidade Estrutural do Ensino Médio: Propedêutico/Formação Geral X Profissionalizante/Formação Específica

Na década dos 1990 as reiteradas afirmações dos porta vozes do governo da época de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2001), de políticos e empresários, mas sobretudo do Banco Mundial foi de que as novas qualificações deveriam ter por base o Ensino Médio de formação geral, relegando a segundo plano a formação técnico profissional. Tal juízo de desvalorização do ensino técnico-profissionalizante foi na verdade parte das “justificativas de racionalização e adequação custo/benefício, enquanto recomendações das políticas neoliberais, uma vez que o potencial formativo do ensino técnico ainda não se esgotou no processo produtivo brasileiro.” (CARNEIRO, 1998, p.21,22)

O que se constata é o potencial do ensino técnico-profissionalizante de qualidade (conhecimentos gerais e tecnológicos, numa articulação entre conhecimentos científicos e conhecimentos aplicados) que não se esgotou e que vem possibilitando e ampliando as chances do trabalhador no mercado de trabalho, em contraposição à formação de caráter apenas geral do Ensino Médio Propedêutico, seguida ou mesmo concomitante à formação técnica específica ou, ainda, da especialização no local de trabalho. Portanto, a dualidade imposta à formação no Ensino Médio em Propedêutico x Profissional segundo Carneiro (1998, p.23)

passa pelo enfrentamento da tensão entre educação geral e educação específica, cuja história é, ao mesmo tempo, a história do trabalhador brasileiro em luta por trabalho e acesso ao saber, tendo como *locus* o movimento constante de realização do capital.

É no bojo da crise na década de 70 de descenso do dinamismo do processo de acumulação de capital que se gestou a reorganização do sistema produtivo a partir dessa década, significativas mudanças no processo de organização do trabalho, difusão de novas tecnologias (automação programável e microeletrônica), que tem propiciado um deslocamento dos princípios de gerenciamento científico e da divisão do trabalho formulados por Taylor e Ford.

Nesse processo, afirma-se também a valorização do “trabalho inteligente”, ou seja, aquele que requer habilidades cognitivas, de abstração e criatividade, o que em tese, libertaria o trabalhador do trabalho repetitivo e parcelado. As novas tecnologias trazem no seu bojo o desemprego estrutural, ou seja, são essencialmente poupadoras de força de trabalho.

No entanto, há que se ressaltar que o aperfeiçoamento tecnológico desencadeado pelo capital comumente decorre da concorrência entre as empresas com o objetivo de reduzir custos. Tais manobras do capital fazem parte das tentativas para alcançar, sempre, um maior nível de produtividade, afetando, com isso, a natureza das rotinas do trabalho. Carneiro (1998) evidencia as exigências da nova base tecnológica, que requer maior qualificação com relação à concepção e à execução de determinadas atividades, introduzindo um acelerado ritmo e exigindo uma multiplicidade de operações concatenadas de previsão e de decisão, com um alto nível de atenção. Esse processo ao mesmo tempo em que exige um novo perfil do tra-

balhador coletivo leva à desqualificação uma parte significativa dos trabalhadores, simplifica tarefas tornando dispensáveis habilidades e conhecimentos antes requeridos, pois o conteúdo do trabalho é de tal forma modificado que faz também desaparecerem tarefas, ocupações e postos de trabalho.

Para Carneiro (1998, p.15) qualificação da força de trabalho “é um processo complexo e amplo, que abrange o domínio das cognições, habilidades, comportamentos, formas de lideranças e experiência prática, cujos *loci* de embate são o processo produtivo e o tecido complexo das relações sociais.”

As empresas requerem enquanto atual perfil de trabalhador segundo Carneiro (1998) a integração participativa e responsável, o que significa, na verdade, a colaboração do trabalhador no repasse do conhecimento para a direção da empresa. A promessa de contrapartida da empresa deveria ser um salário de confiabilidade e o compromisso de estabilidade no emprego, que assume um valor cada vez maior, dado o crescente desemprego.

A exigência de novas qualificações só é possível de ser atendida, pois as novas habilidades demandadas requerem maior abstração, maior cognição, iniciativa, permanente atualização e educação continuada, constrói-se a partir de uma ampla e sólida formação geral que de acordo com a visão de Kern e Schumann, Coriat, Paiva, Carvalho, Namo de Mello, Dowbor¹, só poderá se concretizar com um maior nível de escolaridade.

Carneiro (1998) aponta que a Terceira Revolução Industrial requer a formação de um novo tipo de trabalhador, passando a desvalorizar, pelo menos no discurso, a formação técnica específica e privilegiando a formação geral como fator importante na construção de novas habilidades.

Neste momento histórico, ainda que pareça, que

a centralidade da educação constitua consenso enquanto contribuição indispensável para a adoção de novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho, é necessário ter clareza de que tal unanimidade é aparente, pois os objetivos que levam o trabalhador a lutar por acesso à educação, tanto com relação à quantidade quanto no que se refere à qualidade, são, pelo menos em parte, diferentes daqueles defendidos pelo capital. Não que ambos não estejam empenhados na elevação da qualificação e, portanto, na luta por uma escola de qualidade. (CARNEIRO, 1998, p. 16,17)

É do ponto de vista dos trabalhadores que Kuenzer (1988, p.116) afirma que o acesso à educação através da escola é uma das poucas vias, ainda que contraditória, de apropriação do saber teórico, uma vez que

percebem que a qualificação, entendida como articulação entre conhecimento científico e experiência prática, é uma forma de poder que pode levá-los a melhores condições de trabalho e de vida.

Na atualidade, sob o ponto de vista do capital, a concepção de qualificação se modifica e se amplia para

além das habilidades técnicas, passando a compreender a existência de uma concepção de mundo adequada à racionalidade do processo produtivo, expressa através de uma ética do trabalho que determina comportamentos morais e sociais adequados às necessidades de disciplinamento impostas pelo desenvolvimento capitalista. (Kuenzer, 1988, p.109)

A revolução tecnológica (informática, microeletrônica, robótica, comunicação por satélites, fibras óticas, engenharia genética, química fina, novos materiais etc) em curso, seja nos países industrializados, seja nos de industrialização retardatária, como o Brasil, a crescente internacionalização e a globalização da economia têm levado a uma nova divisão internacional do trabalho, na qual o poder e o domínio são determinados pela capacidade de geração de conhecimentos aplicados, ou seja, pela produção e pela utilização das novas tecnologias.

Essas mudanças, que têm ocorrido com extraordinária velocidade, impactam de forma dramática o mundo do trabalho, tornando imprescindível investigar os novos padrões de qualificação que estão sendo adotados no processo de reorganização do trabalho e de incorporação dessas novas tecnologias. Enguita (1993, p.189) mostra que a qualificação média da força de trabalho, ou seja, o que caracteriza o trabalhador médio simples varia culturalmente, de país para país, de região para região, pois é processo histórico “*e é próprio de uma sociedade determinada.*”

Carneiro (1998) completa que as técnicas utilizadas na produção vão-se ampliando e tornam-se complexas, exigindo um volume de conhecimentos mais abrangente, cria-se concomitantemente, uma outra forma de qualificação para o trabalho, via educação, mas que permanece ligada ao processo produtivo pelas relações que estabelece com o mercado de trabalho.

Essa educação, segundo Enguita (1993, p.189),

apresenta-se, assim, como o processo de conversão do trabalho simples em trabalho complexo, ou de qualificação do trabalho em geral. Produz uma força de trabalho capaz de gerar um valor de troca maior no mesmo tempo.

É possível questionar se essas novas exigências e habilidades abrem uma nova possibilidade para o Ensino Médio, no qual se privilegia “*o domínio dos fundamentos teórico-práticos das ciências modernas comuns às aplicações nas principais funções produtivas e de serviços.*” (Machado, 1991, p. 9)

Para conhecermos a realidade, as possibilidades e os limites do Ensino Médio tomamos como referência os dados publicados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre os indicadores sociais da população brasileira observa-se que o Ensino Médio brasileiro continua enfrentando amplos e complexos desafios para sua real universalização e democratização.

2 A realidade do Ensino Médio: as possibilidades e os limites

O IBGE registra que “as dificuldades encontradas em relação a este nível de en-

sino estão no acesso, na permanência, no desempenho e na conclusão do curso, atualmente considerado essencial, para quase todas as funções produtivas” (IBGE, 2009, p. 39).

Informações importantes sobre o Ensino Médio são apresentadas, cujos dados foram levantados junto ao Ministério de Educação – MEC, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto Nacionais de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e a Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação de Goiás – SEPIN². Tais dados foram relacionados com informações do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, da Organização Internacional do Trabalho – OIT e do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

O Documento do IBGE (2010 b), que reúne a Sinopse da Educação Básica Nacional -2009 indica que nesse período do número total de 52.039.361 de alunos da Educação Básica, 9.060.648 estavam na faixa etária entre 15 e 17 anos; 4.900.584 na faixa entre 18 e 24 anos e 1.004.274 na faixa entre 25 e 29 anos. Consta também que 2.432.051 tinham mais de 29 anos.

No Ensino Médio, havia em 2009 um total de 8.288.520, dos quais 4.548.158 eram do sexo feminino e 3.740.362 do sexo masculino. Entre esses jovens, 1.753.831 se declararam da cor branca, 204.338 da cor preta, 1.715.774 se declararam pardos, 53.279 amarelos e 22.284 indígenas. Consta também no levantamento feito pelo IBGE (2010 b) que 4.539.014 desses alunos não declararam sua cor. Quanto a faixa etária dos alunos do Ensino Médio, o menor número (102.434) era formado por adolescentes com até 14 anos e o maior grupo (5.175.582) estava na faixa etária entre 15 e 17 anos. No mesmo período, eram 1.803.478 jovens na faixa entre 18 e 19 anos. Somavam 749.140 os alunos com idade entre 20 e 24 anos, 202.004 entre 25 e 29 anos, enquanto 255.882 tinham mais de 29 anos. Nesse período, a distribuição percentual de pessoas por grupos de idade se apresentava segundo a tabela que segue.

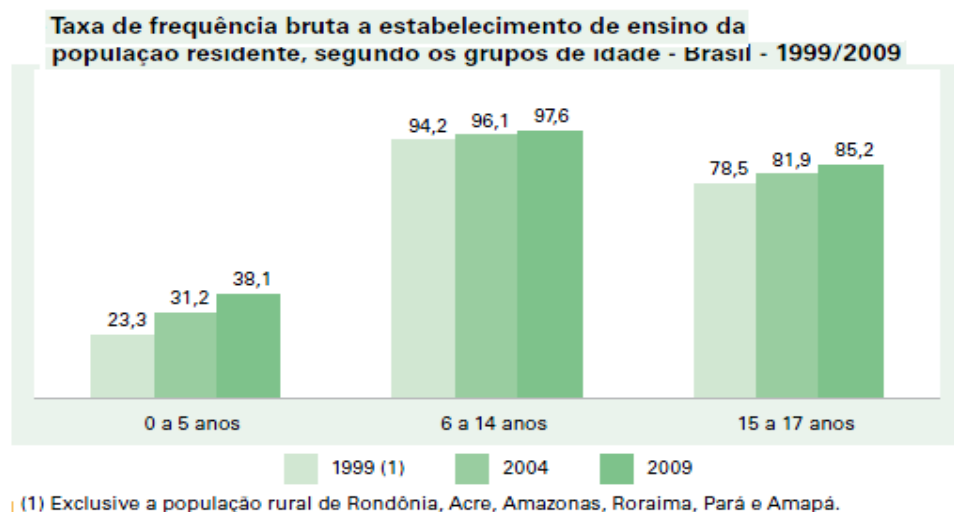
Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade (%)							
	Rede pública							
	Total	0 a 5 anos			6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
	Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos					
Brasil	77,5	67,8	59,1	71,8	85,3	87,9	59,3	53,0
Norte	84,3	72,2	58,4	75,5	90,1	93,5	75,2	63,0
Nordeste	80,8	65,7	53,0	70,3	84,5	89,8	77,2	68,8
Sudeste	74,1	69,2	62,6	72,7	84,1	86,1	47,4	42,9
Sul	76,3	66,4	59,1	71,7	89,0	86,4	44,6	42,4
Centro-Oeste	74,2	67,4	61,1	70,0	82,4	85,4	54,1	48,5

Fonte: IBGE 2010

O número total de alunos no Ensino Médio em Goiás em 2009 (IBGE, 2010 b) era de 266.365, sendo que 141.507 eram do sexo feminino e 124.858 do sexo masculino. É importante

observar, em seguida, a taxa de frequência bruta dos estudantes brasileiros, seguindo grupos de idade.



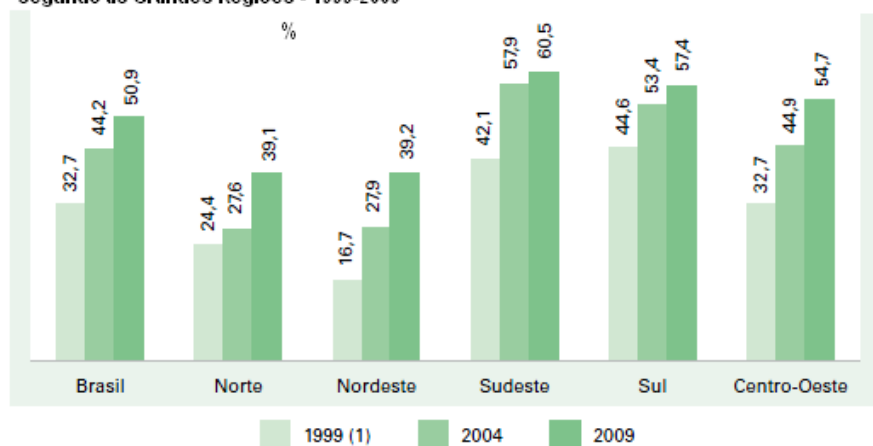
O Gráfico apresenta que a situação do segmento formado por adolescentes entre 15 e 17 anos é desfavorável, pois em 2009 a taxa bruta alcançou 85,2%. Embora a proporção de jovens brasileiros que se encontra no Ensino Médio na idade própria tenha aumentado nos últimos anos, a escolarização dessa parcela da população jovem não está universalizada.

Sabe-se que historicamente foram se acumulando atrasos em vários grupos de idade, situação que põe o Brasil em situação educacional desfavorável. Essas deficiências acumuladas fazem com que menos da metade das pessoas de 18 a 24 anos economicamente ativas concluam o Ensino Médio. Acrescenta-se que

a taxa de escolarização líquida³, analisada pelos quintos do rendimento mensal familiar *per capita*, revela fortes desigualdades entre os mais pobres e os mais ricos: no primeiro quinto (os 20% mais pobres), somente 32,0% dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade estavam no ensino médio, enquanto no último quinto (20% mais ricos), essa oportunidade atingia quase 78% deste grupo, revelando que a renda familiar exerce grande influência na adequação idade/série frequentada (IBGE, 2010, p.47).

No Brasil a taxa de escolarização líquida, ou seja, aquela que indica a proporção da população em determinada faixa etária que frequenta a escola no nível adequado à sua idade, apresentou em 2009 a seguinte situação por região.

Taxa de escolarização líquida dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões - 1999-2009



(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: IBGE/2010

Ressalta-se que 62.948 alunos freqüentes em escolas do estado de Goiás se declararam brancos, 12.706 se declararam pretos, 78.174 pardos, 19.341 amarelos e apenas 704 se declararam indígenas. Registra-se que nesse estado da federação o número de alunos que não declararam a sua cor foi alto e alcançou o total de 92.492. Quanto à faixa etária, no Ensino Médio goiano 4.641 dos alunos tinham até 14 anos. Como ocorre também em nível nacional, em Goiás a maior parte 167.275 dos alunos do Ensino Médio estava na faixa etária entre 15 e 17 anos. Os demais somavam 57.856 com idade entre 18 e 19 anos, 25.061 na faixa etária entre 20 e 24 anos, 5.081 alunos entre 25 e 29 anos, enquanto 6.451 daqueles que frequentaram o Ensino Médio tinham mais de 29 anos.

Em 2009, o número de alunos brasileiros da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio era de apenas 175.649 jovens e adultos. No mesmo período, em Goiás o número de alunos nessa modalidade foi de 1.933, sendo que a maior parte (1.827) tinha entre 17 e 19 anos. Se forem consideradas as matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado, do total de 8.337.160 alunos matriculados no Brasil em 2009, 3.964.705 frequentavam o turno matutino, 1.285.183 o turno vespertino e 3.087.272 o período noturno. Em todos os turnos, a rede estadual pública apresentou o maior número de alunos matriculados, com um total de 4.463.020.

Como também ocorre em nível nacional, em Goiás a iniciativa privada possui um número menor de alunos matriculados no Ensino Médio, em comparação com a rede pública (estadual, municipal e federal).

Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino médio, por rede de ensino – 2008

	Público	Privado
Brasil	86,2	13,8
Centro-Oeste	84,3	15,7
Goiás	85,3	14,7

Fonte: IBGE/SEPLAN-GO/SEPIN

No município de Goiânia, em 2009 havia 62.642 alunos matriculados, sendo que 580 estavam na rede federal, 45.110 na rede estadual e 16.952 na rede privada de ensino. Não há registros de alunos matriculados no Ensino Médio municipal.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no Documento de Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, em 2007 o Brasil apresentava a maior taxa de abandono do ensino médio na América Latina, atingindo um percentual em torno de 10%.

Um indicador que qualifica melhor a situação educacional dessa faixa etária é a taxa de frequência líquida, que reflete a adequação idade/nível de ensino cursado. Apesar de somente cerca de 48% dos adolescentes nessa faixa etária cursarem o ensino médio, em 2007, houve uma melhora nessa taxa de mais de 80%, dado que, em 1997, a mesma somente alcançava 26,6% dos adolescentes (IBGE, 2008, p. 46)⁴.

Tal situação, além intensificar a evasão escolar desses jovens, também provoca a elevação da taxa de desemprego daqueles “com menor grau de escolaridade” (MTE, 2009, p. 8)⁵. É preocupante a taxa de abandono por nível de ensino no Brasil, em comparação com os demais países do Mercado Comum do Sul – Mercosul. O Brasil apresenta as maiores taxas de abandono nesse grupo de países. No Ensino Fundamental a taxa é de 3,2, enquanto no Ensino Médio a taxa de abandono é de 10% (IBGE, 2010, p. 53), como se pode observar na tabela que segue.

Taxa de aprovação, reprovação e abandono, por nível de ensino, segundo os países que compõem o MERCOSUL - 2007

Países do MERCOSUL	Taxa					
	De aprovação		De reprovação		De abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Argentina	92,3	74,3	6,4	18,8	1,3	7,0
Brasil	85,8	77,0	11,0	13,1	3,2	10,0
Chile	95,2	90,9	3,5	6,3	1,3	2,9
Paraguai	93,4	90,9	4,7	6,9	1,9	2,3
Uruguai	92,0	72,7	7,7	20,4	0,3	6,8
Venezuela	91,4	91,9	6,3	7,2	2,3	1,0

Fonte: Mercosul educacional. Estatísticas. Indicadores educacionais do Mercosul 2007. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/>>. Acesso em: set. 2010.

Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2007 apontam para a desigualdade de acesso ao Ensino Médio, pois as pessoas com idade de 15 e 17 anos, entre os 20% mais pobres, apenas 24,9% estavam matriculadas, enquanto que entre os 20% mais ricos 76,3% frequentavam esta etapa do ensino (IBGE, 2008). Se for tomada a discussão sobre o tipo de formação, no mesmo período, cerca de 78% das matrículas eram no Ensino Médio Regular, enquanto a modalidade profissional correspondia a apenas 6,46%. O número de matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi de 15,6%.

Como se observa, ainda é muito desfavorável a situação dos jovens brasileiros situados no primeiro quinto da distribuição de renda (os 20% mais pobres segundo o rendimento familiar), pois em 2007 era de 28,2% a taxa de frequência líquida desses estudantes com idade entre 15 a 17 anos. Na faixa de idade entre 18 e 24 anos, 57,6% dos jovens estavam cursando os níveis de Ensino Fundamental, Médio ou outros níveis e como modalidades como pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos segundo o (IBGE, 2008). Esses dados indicam que no Brasil continua elevada a taxa de distorção entre idade e ano de escolaridade. A partir de informações obtidas junto ao *Sistema de Información de Tendencias Educativas en America Latina* – SITEAL verifica-se que quanto menor é renda familiar maior é a taxa de distorção entre idade e ano do Ensino Médio cursado por cada grupo de alunos.

Eficiencia Interna y Permanencia - Tasa de extraedad respecto al grado en el nivel médio

Brasil - Años: 2001, 2004, 2006, 2007, 2008 - Grupo de Edades: 15 a 17 años, 18 a 24 años
Nivel de Ingresos per cápita familiares: 30% más bajo, 30% medio, 40% más alto

	2001			2004			2006			2007			2008		
	30% más bajo	30% medio	40% más alto	30% más bajo	30% medio	40% más alto	30% más bajo	30% medio	40% más alto	30% más bajo	30% medio	40% más alto	30% más bajo	30% medio	40% más alto
15 a 17 años	33.1	14.9	5.1	24.7	10	3.7	21.8	9.4	3.3	20.5	8.1	3.4	20.9	8.4	2.6
18 a 24 años	74.6	66.5	56.1	72.4	64.2	53.4	60.7	51.1	40.1	59	47.6	40.3	57.7	47.1	36.3

Fuentes: UNESCO / OEI en base a: Brasil - PNAD del IBGE

Como se constata na tabela anterior, os estudantes que pertencem a grupos de famílias com renda per capita maior apresentam uma menor taxa de distorção entre a idade e o ano de ensino Médio que cursam. Acrescenta-se que as maiores taxas de distorções esta na faixa de jovens entre 18 e 24 anos de idade. Em 2008, por exemplo, adolescentes entre 15 e 17 anos de idade que pertencem ao grupo de 30% de rendas familiares mais baixas, apresentaram uma taxa de distorção de 20,9%. Quando se consideram jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos que pertencem ao 30% do grupo com rendas familiares mais baixas, a taxa de distorção chega a 57,7%.

Dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, mostram que

a formação educacional dos jovens brasileiros ainda é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas: parcela relevante deles abandona os estudos definitivamente ou interrompe-os e os retoma mais tarde, o que causa irregularidade na educação - a defasagem escolar acaba sendo uma realidade para muitos. Menos da metade dos brasileiros de 15 a 17 anos estão no nível de ensino adequado para sua idade (ensino médio) e 34% deles ainda estão retidos no ensino fundamental. Também há uma quantidade considerável de jovens que não têm sequer o ensino fundamental completo, o que mostra que, embora em média o nível de instrução venha melhorando, a formação educacional ainda é muito insuficiente para uma parcela significativa deles (OIT, 2008, p. 23 e 24).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE realizada em 2010 indicou que, enquanto a taxa de frequência bruta à escola alcançou 85,2%, a taxa de frequência líquida⁶ a estabelecimentos de ensino da população brasileira residente, entre 15 a 17 anos de idade, era de 50,9%. Em Goiás essa taxa alcançou 54,5%.

Quando se avalia a taxa média de escolarização em nível de Ensino Médio no Brasil, no período entre 2001 e 2008, a partir do nível de renda familiar, verifica-se que são desiguais as dificuldades educativas quando se considera as diferenças de rendas entre as famílias dos adolescentes e jovens brasileiros. Informações obtidas junto ao *Sistema de Información de Tendencias Educativas en America Latina – SITEAL*⁷ comprovam as graves distorções de acesso dos jovens brasileiros ao Ensino Médio, a partir da renda familiar de três grupos sociais: 30% de renda mais baixa; 30% de renda média e 40% de renda mais alta, como se observa na tabela que segue.

Nivel de Ingresos per cápita familiares: 30% más bajo, 30% medio, 40% más alto
País: Brasil: Años: 2001, 2004, 2006, 2007, 2008

	2001	2004	2006	2007	2008
30% más bajo	62.9	70.1	72.3	73.7	74
30% medio	81.1	84.1	83.9	85.8	84.6
40% más alto	90.7	91.3	90.8	90.2	89.1
Fuentes: UNESCO / OEI en base a: Brasil - PNAD del IBGE					

Os grupos de adolescentes que evadem e/ou não terminam o Ensino Médio provêm de setores sociais de rendas mais baixas. Assim, embora haja aumento do número de adolescentes que ingressam no Ensino Médio, a taxa de evasão continua elevada, principalmente para os filhos das classes trabalhadoras com rendas mais baixas. Em todos os anos (2001, 2004, 2006 e 2008) observou-se que quanto menor a renda familiar, menor também é o percentual de ingresso de adolescentes no Ensino Médio. Conclui María Ibarrola (In: SITEAL/UNESCO, 2010, p. 144)⁸ que, na América Latina

numerosos grupos de población activa, incluyendo entre ellos a muchos adolescentes menores de 16, 14 o hasta 12 años, continúan viendo reducidos sus horizontes laborales a trabajos informales, al margen de la legalidad y de la institucionalidad, y en condiciones muy precarias.

Essa é a situação de milhões de adolescentes e jovens brasileiros que freqüentam ou freqüentaram as escolas públicas de Ensino Médio.

Considerações Provisórias

Registra-se que é de 7,2 a média de anos de estudo dos brasileiros de 10 anos ou mais de idade e, mesmo entre jovens de 18 a 24 anos, a média nacional alcança somente 9 anos, que corresponde ao término do Ensino Fundamental. No Centro-Oeste essa média é também muito baixa e em 2009 alcançou 7,5, enquanto em Goiás 7,2 anos de escolaridade.

Esses dados decorrem de um contraditório processo histórico da educação brasileira, em que o Estado durante muito tempo interferiu muito lentamente no processo de universalização do Ensino Básico e, portanto, na criação de condições educacionais efetivas para aqueles que vivem do trabalho.

A educação no Brasil, como os dados nos mostram, ainda não constitui centralidade enquanto contribuição indispensável para a produção de ciência, técnica, novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho, como tem sido alardeada por empresários, porta vozes do governo, banqueiros e comerciantes, ou seja, a classe dominante.

Tal constatação não traz nenhuma novidade, apenas vem confirmar que a tão alardeada valorização de uma sólida formação geral em nível de Ensino Médio como patamar mínimo desenvolvimento econômico e de empregabilidade parece, no mínimo apenas mais um discurso sobre a educação se analisarmos o pequeno avanço de acesso e conclusão do Ensino Médio no país se comparado com os resultados superiores conquistados por muitos países latino-americanos (ver p. 10).

Dada a complexidade do problema da qualificação para atender as necessidades da 3ª Revolução Industrial, muito ainda terá que ser feito na educação brasileira, não só em termos de maior oferta quantitativa, como também qualitativa no sentido de preparar os jovens para enfrentarem o mundo do trabalho.

É necessário ter clareza de que “tal unanimidade da centralidade da educação” é aparente, pois onde estão os investimentos em educação? Faz-se necessário perguntar que centralidade é essa da educação se parte significativa dos recursos tem sido sistematicamente contingenciada?

Notas

* Doutora em Educação, Pesquisadora, Titular do Departamento de Educação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/GO. Assessoria de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Goiás.

** Pesquisador da Linha de Pesquisa do Mestrado e Doutorado em Educação “Políticas Educacionais, Instituições e Gestão Escolar” do Programa de Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO. Professor de História e Coordenador de Curso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG.

- Bolsistas de iniciação científica Lígia Felix de Sousa Mecchi e pesquisadora voluntária Luane Cardoso Habermann.

Ver CARVALHO, 1994, p. 94.

² <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>

³ Taxa Líquida de Escolarização – TLE: É o quociente entre as pessoas escolarizadas no nível de Ensino Médio com a idade pertinente ao nível e o total de população desse grupo de idade, por cem. Nos documentos ou fontes de dados em espanhol essa taxa é chamada de *Tasa Neta de Escolarización Secundária* – TNS.

⁴ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2008. In: *Estudos e Pesquisa Demográfica e Socioeconômica*. N. 23. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2008/default.shtm>>. Acesso em 02 jun.2010.

⁵ MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: Resultados Definitivos* – 2009. Brasília: MTE, 2009. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/rais/2009/default.asp>> Acesso em 01 jul. 2010.

⁶ Percentual de pessoas que frequentam a escola no nível adequado à sua idade e nesse caso o Ensino Médio.

- ⁷ SITEAL - SISTEMA DE INFORMACIÓN DE TENDENCIAS EDUCATIVAS EN AMERICA LATINA. Tasa neta de escolarización secundaria en Brasil: 2001-2008. Buenos Aires, Argentina: SITEAL, 2010. Disponível em < <http://www.siteal.iipe-oei.org/basededatos/basededatos1.asp>>. Acesso em 05 set. 2010.
- ⁸ SITEAL - SISTEMA DE INFORMACIÓN DE TENDENCIAS EDUCATIVAS EN AMERICA LATINA; UNESCO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA E LA CULTURA. Metas Educativas 2021: desafios y oportunidades. IN: *Informe sobre tendencias sociales y educativas en América Latina 2010*. Buenos Aires. SITEAL/UNESCO, 2010. Disponível em <<http://www.siteal.iipe-oei.org/informetendencias/informetendencias2010.asp>> Acesso em 06 set. 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2009/indic_sociais2009.pdf>.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *Os Técnicos de 2.o Grau Frente à Reconversão Produtiva*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998 (tese mimeo) Orientador Dr. Celso João Ferretti.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, Celso João et alii (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ENGUITA, F. Mariano. *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2008. In: *Estudos e Pesquisa Demográfica e Socioeconômica*. N. 23. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2008/default.shtm>>. Acesso em 02 jun.2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 2007.

KUENZER, Acacia Zeneida. *O ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____, Acacia Zeneida (org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO, Lucília R. Politecnia no ensino médio. *Cadernos CENEB*. São Paulo, 1991, n. 5.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: Resultados Definitivos – 2009*. Brasília: MTE, 2009. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/rais/2009/default.asp>> Acesso em 01 jul. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT, 2008, p. 23 e 24. Disponível em < <http://www.oit.org.br/>>.

SITEAL - SISTEMA DE INFORMACIÓN DE TENDENCIAS EDUCATIVAS EN AMERICA LATINA. Tasa neta de escolarización secundaria en Brasil: 2001-2008. Buenos Aires, Argentina: SITEAL, 2010. Disponível em <<http://www.siteal.iipe-oei.org/basededatos/basededatos1.asp>>. Acesso em 05 set. 2010.

SITEAL - SISTEMA DE INFORMACIÓN DE TENDENCIAS EDUCATIVAS EN AMERICA LATINA; UNESCO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA E LA CULTURA. Metas Educativas 2021: desafíos y oportunidades. IN: *Informe sobre tendencias sociales y educativas en América Latina 2010*. Buenos Aires. SITEAL/UNESCO, 2010. Disponível em<<http://www.siteal.iipe-oei.org/informetendencias/informetendencias2010.asp>> Acesso em 06 set. 2010.